

Coronelismo e Chaguismo na Zona oeste do Rio de Janeiro

Nelson Ricardo Mendes Lopes

Resumo

Este trabalho pretende analisar o conceito de clientelismo e comparativamente associar as práticas clientelistas do período da Primeira República com o período do chaguismo tendo como pano de fundo o campo político da Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente, o bairro de Campo Grande e o sub-bairro do Mendanha.

Palavras –chave:

Clientelismo, chaguismo, políticas públicas

Abstract

This work intends to analyze the “clientelismo” concept and comparatively associate the “clientelistas” practices of the “Primeira República” period with the “chaguismo” period having as second plan the political scene of the west zone of Riode Janeiro, more specifically, the quarter of Campo Grande and sub-quarter of Mendanha.

KEYWORDS:

Clientelismo, chaguismo, public politics

Apresentação

O clientelismo faz parte de um sistema de exploração e dominação, como coloca Eli Diniz, que o define como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para solucionar os problemas de manutenção do poder, fazendo conciliações entre interesses privados e interesses de Estado, de forma a integrar a esfera privada à esfera estatal. Desta maneira, a eficácia deste instrumento consiste em aplacar os conflitos implícitos na esfera social, estivessem eles latentes ou manifestos diante de uma estrutura que na realidade não atende aos interesses da maioria.

O clientelismo se concentra no processo de manutenção do poder, na luta pela permanência de uma dada “dinastia” na esfera política que objetiva exclusivamente preservar seus interesses político-sociais. Em síntese, o clientelismo opera com a idéia de eficácia ao voltar-se para a conciliação de interesses, a princípio, inconciliáveis do ponto de vista social, mas que do ponto de vista político apresentam-se conciliados, neutralizados por tal prática.

1) Chaguismo e clientelismo

Neste tópico analisa-se a relação do chaguismo, nome da ação política de Antonio de Pádua Chagas Freitas, ex governador do antigo estado da Guanabara e do Rio de Janeiro junto ao seu grupo do jornal “O DIA” com as instituições democráticas, ou seja, as relações do clientelismo com a dinâmica daquelas que em tese fundamentam-se no princípio da representatividade. Na realidade, o clientelismo chaguista ou chaguismo, ao se apropriar de mecanismos destas instituições as faziam preservarem-se na forma e, no entanto as destruíam no conteúdo. Toma-se como elemento inicial para esta análise, o voto.

No Chaguismo, o voto deixava de ser um direito do cidadão livremente exercido na coisa pública, e se transformava em moeda de troca. Estabelecia-se assim, uma transformação na relação do indivíduo com os direitos sociais. O que anteriormente pressupunha um direito adquirido tornava-se uma mera forma de pagamento ao “favor” concedido pelo político. O favor, como operação bem organizada, é a forma de privilégio que impulsionava o clientelismo chaguista, era uma ação que levava o aparato institucional democrático a se manifestar como o ápice da demagogia.

Conforme Eli Diniz, o clientelismo chaguista que permeavam os partidos eliminava a possibilidade de frentes intrapartidárias, que retardavam a dinâmica do processo de decisão, fazendo com que um pequeno grupo dominante, controlasse os mecanismos de inserção de novos filiados. Resumindo, as organizações partidárias não cumpriam as suas funções de âmbito

democrático. Na prática, a lógica democrática é invertida pelo clientelismo que coloca o Executivo acima do Legislativo, na medida em que suprime seu papel precípua de controlador e representante real da população. Nesta direção, o clientelismo neutraliza o processo democrático em princípio proposto pelas idéias republicanas. Para o político clientelista sua atuação bem sucedida, no processo eleitoral, não é atribuída à sua atuação como parlamentar, pois sua atuação política define-se através de outros parâmetros que priorizam o beneficiamento pontual junto às questões de demanda popular, com a consciência de que tais ações serão revertidas em votos.

Assim, o clientelismo chaguista subvertia o Direito. Desta forma a máquina chaguista não encontrava nenhum obstáculo que a pudesse impedir de alcançar seu objetivo último, ou seja, a privatização dos instrumentos de poder que a coletividade, em teoria, centralizava nas mãos da autoridade pública. O clientelismo e o mandonismo, ou seja, as condições estruturais que possibilitam a prática clientelista nas instituições democráticas liberais ensejam o surgimento da “máquina política”.

A máquina política clientelista tem um direcionamento específico e focado, expressando formas antiéticas, corruptas e criminosas de organizações políticas. Corrompendo diretamente a relação do eleitor com a instituição, gerando aí entre as partes uma enorme distância, a máquina política rompe com o jogo democrático fazendo com que o cidadão desconfie das instâncias políticas mais próximas como as prefeituras e câmaras dos vereadores, acreditando que ali não sejam, de fato, resolvidas questões importantes. O resultado é que as Prefeituras e Câmaras de Vereadores são as instâncias de poder mais opacas e menos expostas ao controle público e, nessa medida, se tornaram um natural refúgio do banditismo político, seja pelas negociações que propiciam, seja pelo poder de chantagem que detêm.

2) Coronelismo e Mandonismo

Segundo Vitor Nunes Leal o conceito “coronelismo” é datado historicamente e usado para entender a confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, ou seja, o federalismo naquele modelo capitalista que se firmava com características próprias. Os fazendeiros que aos poucos iam perdendo suas riquezas junto com o seu prestígio, recorriam ao Estado revelando uma nova relação de forças entre proprietários rurais e o governo. E isso significava a intensificação do poder do Estado e a força política do coronel no município de 1889 até 1930.

Especificando, o coronelismo, é então, um sistema político nacional, baseado em barganha, entre o governo e os coronéis. O mandonismo já não é um sistema. Esse conceito aponta para um estilo de poder exercido por um indivíduo em uma dada localidade; pode ser o chefe ou o coronel. Embora esteja presente desde o início da colonização sua figura permanece em vigor nos dias de hoje. O clientelismo por sua vez se caracteriza pela sua amplitude, pela relação recíproca entre atores políticos. O mandonismo e o clientelismo atravessam a história do país, e podem ter maior ou menor força de acordo com os interesses pessoais.

No texto de Victor Nunes Leal, o sistema coronelista, em seu modelo clássico, acontece com o coronel exercendo seu poder no meio rural e seus doutores advogados e médicos, fazendo a interlocução com o centro urbano, garantindo assim sua clientela e os negócios com os fornecedores, pois estes detinham conhecimentos que o coronel muitas vezes não podia obter. O doutor, principalmente o médico, intervinha no núcleo familiar tornando evidente seu poder perante os patrões e a família, impingindo regras de comportamento e disciplina.

3) A zona oeste do Rio de Janeiro, sua tradição política e a maquina chaguista.

Após a explanação sobre as questões teóricas que envolvem os conceitos básicos operantes neste estudo, é oportuno considerar as praticas políticas na região da zona oeste do Rio de Janeiro. Nos primórdios da Primeira República, surge uma força política chamada “Grupo Triangulo”. Este nome foi dado pelos inimigos que viam no grupo, que era composto por lideranças locais da área de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, uma misteriosa força que nos momentos decisivos, arregimentava um número considerado de eleitores, decidindo assim, eleições importantes no âmbito federal e municipal.

Segundo dados de Américo Freire, em seu livro “Uma capital para a Republica”, Augusto Vasconcelos, de Campo Grande e Raul Barroso, de Guaratiba, seriam os representantes da zona rural do terceiro distrito na Câmara dos Deputados. A forte coesão dos grupos atuantes já denunciava as fraudes eleitorais promovidas pelo grupo que tinha como seu líder o “Dr. Rapadura”, cognome dado por José do Patrocínio ao líder Augusto Vasconcelos. Felipe Cardoso Pires, outro integrante do Triângulo, foi diretor do Matadouro de Santa Cruz, cargo que lhe dava visibilidade, pois era ele quem controlava o fornecimento de carne para toda a capital, assinando contratos com firmas de entregas, sem quaisquer licitações, em prol do bom relacionamento com as firmas e pela manutenção do poderio do Grupo Triângulo. De fato, o grupo foi de suma importância como núcleo estratégico das artimanhas do poder estabelecido

nos primeiros anos da República. Existe uma longa tradição de influência familiar na zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo Eli Diniz, a família Alvarenga, por exemplo, é detentora do poder político há muitos anos nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Desde o fim do século passado, a família destacou-se na zona rural do Distrito Federal e seus membros foram muito influentes nas atividades urbanas como o comércio. As profissões liberais dos integrantes dos Caldeira de Alvarenga dariam notoriedade e maior acesso aos eleitores. Em 1974, Dilson Alvarenga será eleito pela primeira vez para a Assembléia Legislativa do novo estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo Maurício Caldeira de Alvarenga deixa sua carreira de parlamentar e ocupa alto cargo administrativo no Governo Chagas Freitas. É importante salientar, que os Alvarenga e Chagas Freitas foram inimigos políticos, no período da chamada República Populista (1945/1964), Já a ligação entre Chagas Freitas e Miécimo da Silva do PSP (Partido Social Popular) remontava à década de 50 quando já competiam juntos contra os Alvarenga em busca do controle dos votos daquela zona eleitoral. A aproximação dos Alvarenga só ocorreria por ocasião da eleição de Chagas Freitas de forma indireta, para o cargo de governador do estado da Guanabara. Já em 1978, a corrente chaguista de Campo Grande, irá contar com dois deputados federais, Daniel Silva, irmão de Miécimo da Silva e Alcir Pimenta, além de dois deputados estaduais pertencentes à família Caldeira de Alvarenga.

Miécimo da Silva ajudou muito Chagas Freitas na política da sua época, e é lembrado ainda hoje como o "Vereador da bica d'água", pois, além de outras iniciativas, tinha como princípio, colocar em quase todos os bairros, bicas d' água devido à falta de fornecimento da companhia de águas da Guanabara (CEDAG) do Distrito Federal.

4) A "política das bicas d'água" no Mendanha. A dádiva e o imaginário popular.

"Política das bicas d'água", virou sinônimo de clientelismo, devido profusão de ocorrências voltada ao abastecimento nas regiões. Onde não havia políticas públicas responsáveis pelas demandas da população, vereadores e deputados trocavam o precioso líquido por votos, colocando bicas d'água nas praças. Festas eram realizadas, onde havia muita exaltação e discursos emocionados. No Mendanha a população via aquilo como uma dádiva.

O Mendanha é um sub-bairro de Campo Grande, que se localiza á margem direita da Avenida Brasil, no sentido Centro- Santa Cruz, sua área é de aproximadamente 2000 hectares e tem cerca de 27 mil habitantes, esta área se originou da antiga "Fazenda do Mendanha"cujo proprietário se chamava Luiz Vieira Mendanha. Esta área ganhou notoriedade, pois, foi uma das primeiras no

Rio de Janeiro a produzir café, e de lá saíram as matrizes de boa parte dos cafezais fluminenses, que se alastravam pelo Vale do Paraíba. Francisco Freire Allemão de Cisneiro, autor de varias obras e médico particular de D. Pedro II também viveu na região. Sua casa, em ruínas, ainda existe, próximo ao largo do Mendanha. Com o fim dos cafezais na região, passa a ter destaque o cultivo das laranjas.

Em sua obra “Contribuição à Crítica da Economia Política” Marx diz : “Toda mitologia subjuga domina e molda as forças da natureza na imaginação e pela imaginação e desaparece portanto quando conseguimos dominá-las realmente” O que vale de fato ressaltar é que o papel do imaginário está na raiz tanto da alienação como da criação da história. Segundo Castoriadis, na nossa sociedade aquele que vive sem vontade política, sem vontade em relação a lei , vive numa situação infantil como se substituísse o pai particular por um pai social anônimo e neste sentido vive um mundo com entidades irreais como os chefes, as nações , os cosmonautas enfim os ídolos. Os homens se transformam em fantoches de outros que os governam.(CASTORIADS p.115). Assim sendo em acordo com o que se discutiu acima, o propósito deste tópico é menos mostrar a trajetória política de Miécimo da Silva através de fatos, acontecimentos e datas e sim, trazer o imaginário social que gira em torno de sua figura, ou seja, o que as pessoas do Mendanha evocam quando o nome do político é lembrado. Nas “conversas” com os moradores, foram utilizadas técnicas de entrevistas semi – estruturadas seguindo um roteiro, sem muita rigidez, para dar liberdade ao entrevistado de expressar seus sentimentos e sua história pessoal. O já falecido político Arthur Miécimo da Silva é conhecido como “vereador das bicas d’água”, mas em seu histórico traz outros feitos, como a construção da FEUC, instituição de nível superior de Campo Grande, e motivo também de sua cassação, em plena ditadura, pois foi acusado de desvio de material das obras para proveito próprio, de acordo com seu filho Arthur Miécimo e sua companheira de partido, Dona Nair.

O empreguismo também foi muito lembrado por parte dos entrevistados. Num momento onde não havia concursos para a ocupação de cargos públicos, a indicação de um político local era de suma importância. Nas memórias das pessoas que vivem ali há mais de 40, 50, 60 anos está o saudosismo. E é interessante também observar que os mais velhos guardam lembranças bem vivas daqueles que ali faziam política. Segundo os relatos: “Miécimo foi o vereador que trouxe água para cá, minha mãe foi cabo eleitoral dele , ela me colocava no colo me segurando com a mão , e com a outra carregava o balde.” As pessoas mais velhas lembram dos rios e córregos que

nasciam da serra do Mendanha: “No final da década de 20, fizeram um duto comrepresamento, A primeira bica foi no largo do Mendanha na altura da estrada dos sete Riachos pelo sr Otávio de Araújo Gomes. Logo após Miécimo ajudou a colocar no São Geraldo na esquina do Pedregoso e no Largo das Capoeiras” .(Dona Maria)

Ainda segundo, Dona Maria: “Quando Miécimo morreu, em seu sepultamento, bem na hora do enterro o tempo fechou e começou a chover as pessoas diziam ser um milagre pois, ele era o homem que trazia a água para região através de suas bicas d’água.” Outros moradores consideram a importância do político, mas, com alguma ressalva: “O filho dele diz que existe um Campo Grande antes e depois de Miécimo, mas houve outras pessoas importantes como o senador Augusto Vasconcelos que também foi morador da área e fez muito pela localidade... “ (SeuDimas)

Segundo Marcel Mauss: “Só conserva a autoridade aquele que provar que é favorecido pelos espíritos da fortuna, que é possuído por ela e que a possui , sendo a única forma de provar esta fortuna gastando-a, distribuindo-a , humilhando os demais e pondo-os a sombra de seu próprio nome” (MAUSS apud KUSHINIR,2000).

Podemos entender a partir daí o que faz o eleitor identificar-se mais com o político “dádioso” . A política para este indivíduo, em seu imaginário, só será possível, a partir da interferência de relações pessoais. O fato é que conseguindo resolver os inúmeros problemas em suas localidades legitimando esta prática, o eleitor desconhece que faz parte de uma lógica maior onde as instituições são construídas a partir de princípios democráticos, e que seus direitos são garantidos por uma Constituição, votada e aprovada pelos representantes escolhidos e pagos por ele. Na verdade, políticos clientelistas, privatizam os bens públicos e permitem a si mesmos e a seus familiares, o acesso a bens que de outra forma não seriam obtidos.

Referências Bibliográficas:

BAÍA, Paulo R. dos Santos. Tradição reconfigurada: Mandonismo, municipalismo e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na região metropolitana do Rio de Janeiro. 2006. 159 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.) – CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2006. (mimeo).

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, G. Dicionário de política. 5 ed. Brasília, DF: Edunb, 1993.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- _____. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. 4reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In: Dados. 40, n 2, p.229-250. Rio de Janeiro, 1997.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- _____. As encruzilhadas do labirinto Vol.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CAVALCANTI, Nireu. Santa Cruz: Uma Paixão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CLASSIFICADOS DO BAIRRO. Campo Grande, RJ:[s.n.], nº 26, p. 11, fev 2007.
- CORRÊA, Roberto L. O espaço urbano. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. (série princípios)
- CUNHA, Euclides da. Os sertões: Campanha de Canudos. Edição comemorativa 90º ano do lançamento. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência: As marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC; Cortez, 1996.
- DINIZ, Eli.(org.). Políticas públicas para áreas urbanas: Dilemas e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Debates Urbanos).
- DINIZ, Eli. Voto e máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v 59.).
- FREIRE, Américo. Uma capital para a república: Poder federal e as forças políticas locais no RJ na virada do século XX. Rio de Janeiro: Revan. 2000.
- FRIDMAN, Fania. Donos do rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do

- Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar; Garamond, 1999.
- FRÓES, José N. de S; GELABERT, Odaléa R. E. Rumo ao Campo Grande por trilhos e caminhos. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 17 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. (Documentos Brasileiros, v.1).
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ciclo de Palestras: Histórias da cidade do Rio de Janeiro. Município do RJ: SME, 2002.
- _____. Atlas escolar da cidade do Rio de Janeiro. Município do Rio de Janeiro: SME, 2000.
- QUEIROZ, M I P. O Mandonismo local na vida política do Brasil: Da Colônia à 1ª República. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 1956.
- RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: UFRJ. 1996.
- .
- SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. O espelho da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas. 2002. 404 f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. (mimeo)
- SILVA, Hilda. Uma zona agrícola do distrito Federal – O Mendanha. IN: Revista Brasileira de Geografia XX, nº 4, IBGE, 1958.
- SILVA, Arthur Miécimo da. Entrevista 6/7/2007. Nelson Ricardo Mendes Lopes. Rio de Janeiro. Regional de Campo Grande. gravador digital.